

CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

#### AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT

#### À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

À AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE

REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL N. º 12/2025 - PROCESSO ADM N. º 354/2025



#### ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

LTDA, CNPJ: 40.014.934/0001-05, Endereço: Avenida da Feb – Lot U Monteiro, n. º 901, Bairro: Ponte Nova, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, Telefone: (65) 3028-4200 e-mail: juridico@meplicitacoes.com, priscila.consani@meplicitacoes.com, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Priscila Consani das Mercês Oliveira, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG n. º 10.616.831-8/SSP-PR, inscrita no CPF n. º 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, com escritório profissional na Avenida Miguel Sutil n. º 8388, sala 1105, 10º andar, Bairro Santa Rosa, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO pelas razões de fato e direito a seguir expostos:



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT

> royalmtadm@gmail.com Tel. (65) 98464-4586

#### I - DA TEMPESTIVIDADE

Do Edital em seu item 7.2.:

#### 7 - ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.2 – As impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser encaminhadas ao Departamento de Licitação em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

Data prevista para a abertura do certame: 24/09/2025

Data máxima para apresentação de impugnação: 18/09/2025

Data da apresentação: 16/09/2025

Portanto, tem-se a presente peça como *tempestiva*, devendo ser recebida, apreciada e julgada em conformidade com os ditames processuais e princípios licitatórios.

#### II - DO BREVE RELATO DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Presencial n. º 12/2025 pela Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT, tendo o respectivo Pregão como objeto o "Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Consumo para atender os grupos (SCFV) serviço de convivência e fortalecimento de vinculo e (PAIF) serviço de proteção e atendimento integral a família do CRAS.."

A Impugnante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência que vem assim relacionada:

9.2 - Da Nota de Empenho, que será expedida pelo departamento de Licitação e entregue/protocolado junto ao fornecedor contratado, podendo a "Nota de Empenho e ou Ordem de serviço" ser comunicada pessoalmente ao representante da prestadora e/ou fornecedor mediante recibo, ou enviada via e-mail em endereço eletrônico a ser comunicado



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT royalmtadm@gmail.com Tel. (65) 98464-4586

oportunamente, tendo o fornecedor após o recebimento da Nota de Empenho um prazo máximo 03 (três) dias úteis, a contar do pedido realizado pelo setor requisitante delegado para esta finalidade. O fornecimento só será solicitado em dias úteis.

Com todo respeito, não se pode admitir que a presente disputa se mantenha adstrita aos termos impostos pelo Edital, quando se sabe que tal exigência **diminui o caráter competitivo do certame**, indo de encontro às normas e princípios regulamentadores das licitações.

#### III - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

De proêmio, insta salientar que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial o inciso XXI, que trata sobre o processo licitatório público, senão vejamos:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (Grifo nosso)

O dispositivo supracitado positiva, em sede constitucional, o princípio da igualdade ou isonomia no âmbito dos procedimentos licitatórios.

O princípio é decorrência direta do **direito fundamental à igualdade** elencado no artigo 5º da Carta Magna e estabelece que, em igualdade de condições jurídicas, o Estado deverá dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.

Mais especificamente no âmbito das licitações, em que o objetivo da Administração é a obtenção de uma obra, serviço, compra, alienação, locação ou prestação de serviço público, o princípio da igualdade visa assegurar que todos os administrados possam se candidatar, em igualdade de condições, para o fornecimento de seus



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT

royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

serviços, sem o estabelecimento por parte da Administração de qualquer preferência ou privilégio a um ou a outro.

Como ensina José dos Santos Carvalho Filho, a igualdade "significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro."

Sobre a matéria leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro que: "O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar".

Desse modo, resta evidente que a Constituição Federal convida a Administração Pública a oferecer a todos os administrados igualdade de oportunidades nas compras. Por meio do princípio da igualdade, o que a ordem jurídica pretende, frise-se por oportuno, é firmar e confirmar a impossibilidade de tratamento desigual injustificado.

#### III.I – DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS

Em relação aos produtos da licitação, verifica-se, que os itens deverão ser entregues no prazo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho.

Todavia, <u>tal prazo é INSUFICIENTE</u> para que seja dado início a prestação dos serviços por qualquer empresa, pois, a quantidade a ser entregue demanda um pouco mais de tempo. A exiguidade do prazo pode ser verificada pelo simples fato de que a entrega dos produtos - ainda que em disponibilidade imediata - depende de um prazo razoável para cumprimento dos rituais internos da empresa, tais como: solicitação junto ao fornecedor, expedição da ordem de entrega, verificação do estoque, emissão da nota fiscal do produto, dentre outros.

Ressalta-se que as matérias primas não são produzidas pela empresa,



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT

royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

sendo obtidos junto aos respectivos fabricantes e, <u>ainda que haja uma compra constante,</u> sempre há sujeição a questões mercadológicas que não permitem que seja assumido o compromisso de entrega no prazo indicado no Edital.

Tal exigência, além de desarrazoada, esvazia a própria finalidade do sistema de registro de preços, uma vez que esta modalidade não obriga a Administração a contratar a totalidade dos itens licitados, não sendo razoável exigir das empresas que mantenham previamente estocados todos os quantitativos previstos no Edital.

Ademais, ao impor prazo tão exíguo, o Edital acaba criando, de forma indireta, uma exclusividade regional, beneficiando apenas fornecedores localizados nas proximidades imediatas do Órgão, em detrimento da ampla participação de outros interessados.

O prazo estabelecido não guarda razoabilidade diante da complexidade do objeto licitado, uma vez que a entrega em tão curto espaço de tempo pode inviabilizar o atendimento por parte de empresas que, embora plenamente capacitadas e estruturadas, não disponham de sede imediata no município ou estoque permanente para pronta entrega.

Sabe-se que, o objetivo de um processo licitatório, é oportunizar a participação de maior número de licitantes em todo o território nacional, prezando pela competitividade, a fins de que a Administração alcance a proposta mais vantajosa. Dessa forma, o Instrumento Convocatório deve estabelecer um prazo razoável para a entrega de produtos que dependem de uma logística maior para atendimento ao Órgão licitante.

Logo, a imposição de prazo extremamente exíguo, compromete a qualidade e segurança dos produtos entregues, a regularidade da execução contratual, e, principalmente, a ampla competitividade do certame, já que somente empresas com estrutura local ou estocagem antecipada (o que contraria a lógica do Sistema de Registro de Preços) poderiam atender tal exigência.

Além de limitar a competitividade, tal condição compromete o próprio interesse público, uma vez que reduz o universo de concorrentes e, por consequência, a



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B

Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

possibilidade de obtenção de propostas mais econômicas e vantajosas para a Administração. Ressalte-se que o objetivo da licitação é justamente permitir a ampla disputa, em igualdade de condições, assegurando ao Município a contratação mais benéfica possível.

Dessa forma, a alteração do prazo é necessária, de modo que o Órgão conceda no mínimo 10 dias úteis, e assim permitirá maior segurança e previsibilidade no processo de entrega, evitando atrasos, garantindo a integridade dos produtos e assegurando o pleno atendimento das demandas pactuadas.

Insta salientar, que na fixação do prazo de entrega do produto, devese levar em consideração a questão da localização geográfica do Órgão licitante, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação. Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra e a efetiva entrega dos produtos, considerando o sistema operacional.

Neste sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar, nos seguintes processos:

"[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 — Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011)."

Por isto, a importância da Administração Pública, no exercício de suas atividades, pautar-se em um planejamento, de forma a não submeter o licitante vencedor a súbitas necessidades, colocando-o em eterno estado de prontidão para atender a demandas em prazo demasiado exíguo.

Colaciona-se ainda, o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas de Mato Grosso, que versa sobre a **importância de se observar e preservar a manutenção do caráter competitivo do certame**, ao definir o prazo de entrega para os itens licitados, veiam:



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

"JULGAMENTO SINGULAR N° 188/LCP/2017

PROTOCOLO Nº: 26.256-0/2015

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES NTERESSADA: SOLANGE SOUSA KREIDLORO Diante do exposto, e de acordo com o parecer Ministerial, mantenho a presente irregularidade constante no item 1.1, com aplicação de multa no valor de 6 UPFs/MT à Sra. Solange Sousa Kreidloro (Ordenador de Despesas), com fulcro nos arts. 75, III da Lei Complementar nº 269/2007 e art. 289, II do Regimento Interno, c/c inciso II do art. 2º e alínea "a" do inciso II, do art. 3º da Resolução Normativa TCE-MT 17/2016. Quanto à irregularidade relativa à exiguidade do prazo de 02 (dois) dias para a entrega dos bens licitados, verifico que as alegações da defesa não merecem prosperar, pois a inexistência de impugnação ao edital de convocação, bem como o fato de que o referido certame envolve o fornecimento de pneus para os mais diversos veículos do Município, os quais não poderiam aguardar indefinidamente a entrega dos produtos, não servem de justificativa razoável para a inclusão da referida exigência, mostrando-se excessiva e comprometendo o caráter competitivo do certame, uma vez que inadequadas. A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais." (Grifo nosso)

Neste aspecto, esta Corte de Contas se manifestou:

"Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços para atendimento da frota municipal prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2013-TP. Processo nº 17.880-2/2014). Apenas em situações excepcionais e de emergência, seria justificável a exigência de cumprimento de prazo tão exíguo e de condição tão rígida, o que não é o caso da contratação em tela. O Município poderia adotar outras medidas para evitar o atraso na entrega dos produtos, em decorrência de sua distância geográfica para com outros Municípios e Estados Brasileiros, a exemplo de manter estoque de produtos para situações emergenciais. Ademais, caso fosse de interesse da Administração Pública empreender tratamento favorecido e simplificado à micro e pequenas empresas sediadas no local na qual se realizou a licitação, deveria ter realizado o certame em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 123/2007, o que não ocorreu nos autos. Assim, configurada a irregularidade, prossigo na análise quanto à responsabilidade pela sua ocorrência. Ante o exposto, nos termos do artigo 1º, XV e § 3º do artigo 91 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT); artigo 90, inciso II e 91 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), acolho integralmente o entendimento técnico e o Parecer nº 725/2017 do Ministério Público de Contas e decido no sentido de:

I - julgar PROCEDENTE a presente Representação de Natureza Interna, proposta pelo Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 226, do Regimento Interno;



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT

royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

II - DECLARAR a ilegalidade, sem pronúncia de nulidade, do Pregão Presencial nº 57/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, em virtude do descumprimento dos artigos 37, XXI, da CF e arts. 3º da Lei nº 8.666/93.

II – aplicar MULTA 12 UPF´s/MT à Sra. Solange Sousa Kreidloro (Ordenador de Despesas), sendo 6 UPF´s/MT, em razão da exigência indevida no edital de pneus de procedência nacional, (GB13, item 1.1) e 6 UPF´s/MT, em razão da exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo (GB13, item 1.2), ambas com fulcro nos arts. 75, III da Lei Complementar nº 269/2007 e art. 289, II do Regimento Interno, c/c inciso II do art. 2º e alínea "a" do inciso II, do art. 3º da Resolução Normativa TCE-MT 17/2016."

Assim, o prejuízo para a Administração Pública em se manter este prazo de fornecimento de produtos e serviços é imenso, dado que inviabilizaria a participação das concorrentes, em função de não ser possível cumprir o lapso de tempo indicado no Edital.

Noutro giro, o aumento deste prazo de entrega, não acarretará qualquer ônus à Administração Pública, sugerindo-se, portanto, que seja o prazo de dilatado de maneira suficiente para suprir a necessidade administrativa e adequada à possibilidade de cumprimento por parte da futura contratada.

Deste modo, solicitamos que seja estipulado como prazo para entrega dos produtos, de no mínimo 10 dias úteis, visto que, é impossível uma empresa conseguir transportar e efetuar a entrega dos produtos sem que esses prazos sejam modificados, portanto, com a alteração acaba visando que mais empresas possam vir a participar do certame, tendo uma maior vantajosidade para toda a sociedade, em específico a economia na compra do produto por parte deste Órgão licitador.

<u>Subsidiariamente</u>, caso a D. Administração entenda por não alterar o referido prazo para os sugeridos pela Peticionante, solicita-se que seja publicado um adendo/comunicado, ou até mesmo através do julgamento desta solicitação, que o prazo indicado de 10 dias úteis, poderá ser aceito pelo Ente, desde que formalizado pedido de prorrogação por parte da Contratada.

Contamos com a compreensão e colaboração desta Administração para que a matéria exposta na impugnação em apreço seja analisada com atenção, de



CNPJ: 40.014.934/0001-05

Avenida da FEB (Lot Ubaldo Monteiro), nº 901, sala B Bairro: Ponte Nova, CEP 78115-810, Várzea Grande/MT

royalmtadm@gmail.com

Tel. (65) 98464-4586

modo a viabilizar um processo logístico mais eficaz e alinhado com as reais condições de operação, preservando ainda o principal objetivo da licitação, que é o **interesse público.** 

#### IV - DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se que a **IMPUGNAÇÃO**, seja recebida, apreciada e **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**, com efeito para que:

#### - No Mérito:

a) <u>Seja alterado o prazo de entrega dos itens para 10 dias</u>
<u>úteis,</u> a fim de que não seja restringido a participação no certame, ampliando a competitividade, e garantindo a busca da proposta mais vantajosa.

#### - Subsidiariamente:

b) Seja manifestado pela Administração, que os prazos sugeridos pela peticionante, de 10 dias úteis, poderão ser aceitos pela Administração, pois, razoáveis, desde que, solicitado pela Contratada através de pedido de prorrogação de prazo de entrega.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

PRISCILA CONSANI DAS Assinado de forma digital por MERCES
PRISCILA CONSANI DAS MERCES OLIVEIRA:07508286928

OLIVEIRA:07508286928

Dados: 2025.09.16 11:48:16 -04'00'

Cuiabá – MT, 16 de setembro de 2025.

Priscila Consani das Merces Oliveira OAB/MT 18.569-B Representante Legal

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC					ão	Nº DO PROTC	COLO (Uso da	a Junta Comercial)	
sede for em outra UF)	IRE (da sede ou filial, quando a Código da Natureza Inde for em outra UF)		Auxiliar do Comérc						
5120176	5529	2	062						
1 - REQUERIMEN	OTV				<u> </u>				
	IL	MO(A).	SR.(A) PR	ESIDENTE DA	A Junta Co	mercial do E	Estado de M	lato Grosso	
Nome: <u>F</u>	ROYAL MT C	OMERCIO	O VAREJISTA	E ATACADISTA	DE PRODUT	OS ALIMENTI	CIOS LTDA		
(	da Empresa	ou do Age	nte Auxiliar de	o Comércio)				Nº FCN/RE	MP
requer a V.Sª o defe	erimento do s	eguinte at	to:						
	CÓDIGO DO		_						<b>                                   </b>
VIAS DO ATO	EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	DO ATO / EVEN	OTV			WIII Z	100040003
1 002	051	1		ACAO DE CONTR	RATO/ESTAT	UTO			
	2244	1		D DE ATIVIDADE			AL E SECUNE	DARIAS)	
	2015	1		O DE OBJETO SO				<u>`</u>	
			RZEA GRAND Local	E	No. Ass	me:sinatura:		/ Agente Auxiliar do	
		_	1 Abril 2021 Data		rei	erone de Cor	itato:		<del></del>
2 - USO DA JUN	ΓΔ COMER	ΩΙΔΙ	Data						
DECISÃO SINO		OIAL			Прес	SÃO COLEGIA	ADA		
Nome(s) Empresari		is) ou sen	nelhante(s):					1	
SIM				SIM					o em Ordem decisão
								/_	
								'	Data
	_/			□não _				Resi	oonsável
╚	ata	Resp	oonsável		Data	Resp	oonsável	1.00	
DECISÃO SINGULAR  Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)			nova)	2ª Exigênc	ia 3	<sup>a</sup> Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência	
Processo defe				пехај					
Processo indef	-	-							_
								, ,	
							-	// Data	Responsável
DECISÃO COLEGI	ADA				2ª Exigêno	ia 3i	Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)			z Exigenc	ia 3		4º Exigericia	5- Exigencia		
Processo deferido. Publique-se e arquive-se.									
Processo indeferido. Publique-se.									
Data				Vogal		Vogal		Vogal	
				President	e da T	urma			
OBSERVAÇÕES									
_									

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso Certifico registro sob o nº 2359371 em 01/04/2021 da Empresa ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ 40014934000105 e protocolo 210455187 - 01/04/2021. Autenticação: E861BB548B4C5E2E2B8BA774B8FB7FB6536475F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/045.518-7 e o código de segurança R326 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/04/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.



#### JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

#### Capa de Processo

Identificação do Processo			
Número do Protocolo Número do Processo Módulo Integrador Data			
21/045.518-7	MTP2100046665	01/04/2021	

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	
851.376.501-53	MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN	

#### PRIMEIRA ATERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da CNH/DETRAN/MT nº 00165836998, inscrita no CPF/MF sob o nº 851.376.501-53, nascida em 30/10/1978, natural de Cuiabá/MT, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.520, Apto 1.501, Bairro Duque de Caxias, Cuiabá/MT, CEP 78.043-395.

Única sócia da sociedade empresaria "ROYAL MT COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA", com nome fantasia "ROYAL MT VAREJISTA", com sede na Av. da FEB, nº 901, SL B- Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT CEP 78.115-810, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 40.014.934/0001-05, e Inscrição Estadual nº 13.846.380-8, cujo ato de constituição está registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o nº 51201765529, em 04/12/2020, resolve efetuar a alteração abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

A sociedade exclui as atividades de comércio varejista de laticínios e frios e comercio atacadista de mármores e granitos, ficando da seguinte forma:

Comercio varejista e atacadista de: produtos alimentícios, doces, balas, bombons; carnes - açougues; bebidas; hortifrutigranjeiros; produtos de lojas de conveniência; tintas e materiais para pintura; materiais elétricos; vidros; ferragens e ferramentas; artefatos de madeira; materiais hidráulicos; materiais de construção; Equipamentos e suprimentos de informática; Eletrodomésticos e equipamentos de áudio e eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; móveis de artigos de colchoaria; Artigos de iluminação; Tecidos; Artigos de armarinho; Artigos de cama, mesa e banho; Instrumentos musicais e acessórios; peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso domésticos; artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; artigos de uso domésticos; livros; jornais; artigos de papelaria; discos, cds, dvds e fitas; brinquedos e artigos recreativos; artigos esportivos; bicicletas e triciclos; peças e acessórios; artigos de caça, pesca e camping embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; artigos médicos e ortopédicos; artigos do vestuário e acessórios; calçados e artigos de viagem; antiguidades; suvenires, bijuterias e artesanatos; de plantas e flores naturais; objetos de arte; produtos saneantes domissanitários; equipamentos para escritório; artigos fotográficos e para filmagem; mercadorias com predominância de produtos alimentícios minimercados, mercearias e armazéns e serviços de apoio administrativo e financeiro.

#### **DESCRIÇÃO DOS CNAES:**

- 4639-7/01 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
- 4721-1/04 Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
- 4637-1/07 Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes
- 4722-9/01 Comércio varejista de carnes açougues
- 4634-6/01 Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
- 47.23-7/00 Comércio varejista de bebidas
- 4724-5/00 Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
- 4633-8/01 Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
- 4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniências
- 4729-6/99 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
- 4637-1/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
- 4691-5/00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
- 4741-5/00 Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
- 4679-6/01 Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
- 4743-1/00 Comércio varejista de vidros
- 4679-6/03 Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais
- 4744-0/01 Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 4672-9/00 Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
- 4744-0/02 Comércio varejista de madeira e artefatos
- 4671-1/00 Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
- 4744-0/03 Comércio varejista de materiais hidráulicos
- 4742-3/00 Comércio varejista de materiais elétricos
- 4744-0/05 Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
- 4651-6/01 Comércio atacadista de equipamentos de informática
- 4744-0/06 Comércio varejista de pedras para revestimento
- 4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 4679-6/04 Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
- 4679-6/99 Comércio atacadista de materiais de construção em geral
- 4751-2/01 Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
- 4752-1/00 Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
- 4652-4/00 Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
- 4753-9/00 Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
- 4649-4/01 Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
- 4689-3/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
- 4754-7/01 Comércio varejista de móveis de artigos de colchoaria
- 4649-4/04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
- 4754-7/03 Comércio varejista de artigos de iluminação
- 4649-4/06 Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures
- 4755-5/01 Comércio varejista de tecidos
- 4641-9/01 Comércio atacadista de tecidos
- 4755-5/02 Comércio varejista de artigos de armarinho
- 4755-5/03 Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
- 4641-9/02 Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
- 4756-3/00 Comércio varejista especializado de instrumentos músicas e acessórios
- 4649-4/99 Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso domésticos, exceto informática e comunicação 4759-8/01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 4649-4/05 – Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas 4759-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso domésticos não especificados anteriormente 4761-0/01 - Comércio varejista de livros 4761-0/02 – Comércio varejista de jornais e revistas 4647-8/02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 4762-8/00 - Comércio varejista de discos, cds, dvds e fitas 4649-4/07 - Comércio atacadista de filmes, cds, dvds, fitas e discos 4763-6/01 – Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos 4763-6/03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 4649-4/03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos 47.63-6/04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 4763-6/05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e 4669-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 47.72-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 4782-2/01 - Comércio varejista de calçados 4643-5/01 - Comércio atacadista de calçados 4645-1/02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 47.82-2/02 – Comércio varejista de artigos de viagem 4643-5/02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem 4785-7/01 - Comércio varejista de antiguidades 4649-4/10 - Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas 4785-7/99 – Comércio varejista de outros artigos usados 4789-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 4789-0/02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 4623-1/06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas 4789-0/03 – Comércio varejista de objetos de arte 4789-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitarios 4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 4789-0/08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem 4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

não especificados anteriormente

alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

A vista da alteração ora efetuada, consolida-se o contrato social e alteração, que passarão a ter a seguinte redação:

4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos

8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo

#### PRIMEIRA ATERAÇÃO CONTRATUAL

**MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN,** brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da CNH/DETRAN/MT nº 00165836998, inscrita no CPF/MF sob o nº 851.376.501-53, nascida em 30/10/1978, natural de Cuiabá/MT, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.520, Apto 1.501, Bairro Duque de Caxias, Cuiabá/MT, CEP 78.043-395.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO E ENDEREÇO:

**"ROYAL MT COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA"**, com nome fantasia "*ROYAL MT VAREJISTA"*, com sede na Av. da FEB, n° 901, SL B- Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT CEP 78.115-810, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 40.014.934/0001-05, e Inscrição Estadual n° 13.846.380-8, cujo ato de constituição está registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o n° 51201765529, em 04/12/2020.

#### Parágrafo Único:

A sociedade está enquadrara na condição de Empresa de Pequeno Porte - EPP.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL:

A sociedade tem como objeto social as atividades de:

Comercio varejista e atacadista de: produtos alimentícios, doces, balas, bombons; carnes açougues; bebidas; hortifrutigranjeiros; produtos de lojas de conveniência; tintas e materiais para pintura; materiais elétricos; vidros; ferragens e ferramentas; artefatos de madeira; materiais hidráulicos; materiais de construção; Equipamentos e suprimentos de informática; Eletrodomésticos e equipamentos de áudio e eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; móveis de artigos de colchoaria; Artigos de iluminação; Tecidos; Artigos de armarinho; Artigos de cama, mesa e banho; Instrumentos musicais e acessórios; peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso domésticos; artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; artigos de uso domésticos; livros; jornais; artigos de papelaria; discos, cds, dvds e fitas; brinquedos e artigos recreativos; artigos esportivos; bicicletas e triciclos; peças e acessórios; artigos de caça, pesca e camping embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios; cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; artigos médicos e ortopédicos; artigos do vestuário e acessórios; calçados e artigos de viagem; antiguidades; suvenires, bijuterias e artesanatos; de plantas e flores naturais; objetos de arte; produtos saneantes domissanitários; equipamentos para escritório; artigos fotográficos e para filmagem; mercadorias com predominância de produtos alimentícios mini mercados, mercearias e armazéns e serviços de apoio administrativo e financeiro.

#### **DESCRIÇÃO DOS CNAES:**

4639-7/01 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

4721-1/04 – Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes

4637-1/07 - Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes

4722-9/01 - Comércio varejista de carnes - açougues

4634-6/01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados

47.23-7/00 - Comércio varejista de bebidas

4724-5/00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros

- 4633-8/01 Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
- 4729-6/02 Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniências 4729-6/99 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
- 4637-1/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
- 4691-5/00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
- 4741-5/00 Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
- 4679-6/01 Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
- 4743-1/00 Comércio varejista de vidros
- 4679-6/03 Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais
- 4744-0/01 Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 4672-9/00 Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
- 4744-0/02 Comércio varejista de madeira e artefatos
- 4671-1/00 Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
- 4744-0/03 Comércio varejista de materiais hidráulicos
- 4742-3/00 Comércio varejista de materiais elétricos
- 4744-0/05 Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
- 4651-6/01 Comércio atacadista de equipamentos de informática
- 4744-0/06 Comércio varejista de pedras para revestimento
- 4744-0/99 Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 4679-6/04 Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
- 4679-6/99 Comércio atacadista de materiais de construção em geral
- 4751-2/01 Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
- 4752-1/00 Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
- 4652-4/00 Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
- 4753-9/00 Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
- 4649-4/01 Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
- 4689-3/99 Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
- 4754-7/01 Comércio varejista de móveis de artigos de colchoaria
- 4649-4/04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
- 4754-7/03 Comércio varejista de artigos de iluminação
- 4649-4/06 Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures
- 4755-5/01 Comércio varejista de tecidos
- 4641-9/01 Comércio atacadista de tecidos
- 4755-5/02 Comércio varejista de artigos de armarinho
- 4755-5/03 Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
- 4641-9/02 Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
- 4756-3/00 Comércio varejista especializado de instrumentos músicas e acessórios
- 4649-4/99 Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
- 4757-1/00 Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso domésticos, exceto informática e comunicação
- 4759-8/01 Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
- 4649-4/05 Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas
- 4759-8/99 Comércio varejista de outros artigos de uso domésticos não especificados anteriormente
- 4761-0/01 Comércio varejista de livros
- 4761-0/02 Comércio varejista de jornais e revistas
- 4647-8/02 Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações

- 4761-0/03 Comércio varejista de artigos de papelaria
- 4647-8/01 Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
- 4762-8/00 Comércio varejista de discos, cds, dvds e fitas
- 4649-4/07 Comércio atacadista de filmes, cds, dvds, fitas e discos
- 4763-6/01 Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
- 4763-6/02 Comércio varejista de artigos esportivos
- 4763-6/03 Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
- 4649-4/03 Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos
- 47.63-6/04 Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
- 4763-6/05 Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
- 4669-9/99 Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
- 47.72-5/00 Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
- 4646-0/01 Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
- 4781-4/00 Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
- 4642-7/01 Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
- 4782-2/01 Comércio varejista de calçados
- 4643-5/01 Comércio atacadista de calçados
- 4645-1/02 Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
- 47.82-2/02 Comércio varejista de artigos de viagem
- 4643-5/02 Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
- 4785-7/01 Comércio varejista de antiguidades
- 4649-4/10 Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas
- 4785-7/99 Comércio varejista de outros artigos usados
- 4789-0/01 Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
- 4789-0/02 Comércio varejista de plantas e flores naturais
- 4623-1/06 Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
- 4789-0/03 Comércio varejista de objetos de arte
- 4789-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitarios
- 4789-0/07 Comércio varejista de equipamentos para escritório
- 4789-0/08 Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
- 4789-0/99 Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
- 4712-1/00 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios minimercados, mercearias e armazéns
- 8219-9/99 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

#### CLÁUSULA TERCEIRA - FILIAIS, AGÊNCIAS OU SUCURSAIS:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), divididos em 100.000 (Cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real), totalmente integralizadas, em moeda corrente do país, pela sócia:

SÓCIA	COTAS	%	VALOR/R\$
MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN	100.000	100,00	100.000,00
T O T A L	100.000	100,00	100.000,00

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO:

A sociedade iniciará suas atividades a partir da data do registro, e seu prazo de duração é indeterminado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - QUOTAS:**

As quotas são indivisiveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferencia para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE:

A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas a mesma responde solidariamente pela integralização do capital social.

#### CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

A administração da sociedade caberá a sócia **MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN** que isoladamente administrará a empresa, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade.

#### CLÁUSULA NONA – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, sera elaborado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, cabendo a sócia, os lucros ou perdas apuradas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – APRECIAÇÃO DAS CONTAS DO ADMINISTRADOR:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a sócia deliberará sobre as contas do administrador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRÓ-LABORE:

A sócia poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FALECIMENTO:

Falecendo ou sendo interditada a sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### Parágrafo Único:

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DESIMPEDIMENTO:

A titular declara sob as penas da lei, não estar impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Fica eleito o foro de Várzea Grande/MT, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

#### Parágrafo Único:

E estando a sócia justa e contratada, assina digitalmente o presente instrumento.

Várzea Grande/MT, 04 de março de 2021

**MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN** 



#### JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

#### **Documento Principal**

Identificação do Processo			
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data	
21/045.518-7	MTP2100046665	01/04/2021	

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	
851.376.501-53	MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN	



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado de Mato Grosso Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, de CNPJ 40.014.934/0001-05 e protocolado sob o número 21/045.518-7 em 01/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2359371, em 01/04/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Gislaine De Almeida Mendes. Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser Portal Validar sitio eletrônico do de Serviços Documentos (https:// / portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

#### Capa de Processo

Assinante(s)				
CPF	Nome			
851.376.501-53	MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN			

#### Documento Principal

Assinante(s)			
CPF	Nome		
851.376.501-53	MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN		

Cuiabá. quinta-feira, 01 de abril de 2021



Documento assinado eletrônicamente por Gislaine De Almeida Mendes, Servidor(a) Público(a), em 01/04/2021, às 17:22 conforme horário oficial de Brasília.



A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 21/045.518-7.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2359371 em 01/04/2021 da Empresa ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS

ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ 40014934000105 e protocolo 210455187 - 01/04/2021. Autenticação:

E861BB548B4C5E2E2B8BA774B8FB7FB6536475F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse

http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 21/045.518-7 e o código de segurança R326 Esta cópia foi autenticada digitalmente e

assinada em 05/04/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO	

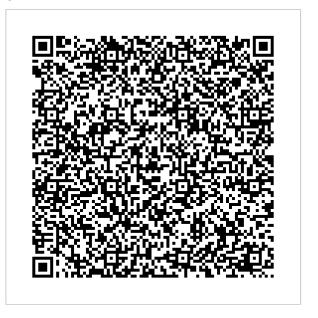
Cuiabá. quinta-feira, 01 de abril de 2021



(e. 1. Nome + Subrenome / Name and Sumame / Nombre y Apellidos - Primeia Isbolitação / Fins Diver Licence / Primera Licencia de Conductri - 3. Deta e de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha y Lagar de Isbonimero - 1-8 Deta de Emissão - 1 Suring Date DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha de Emissão - 1 Justice el Benth DOMANIVAM\* / Fecha DOMANIVAM\* /

I<BRA001658369<981<<<<<<<< 7810303f3206065BRA<<<<<<2 MARIELA<<VIT<DOMINGOS<TREVISAN

#### **QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

CNPJ Nº 40.014.934/0001-05

### **PROCURAÇÃO**

Por meio deste instrumento particular, a ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, estabelecida na Av. da FEB (Lot u Monteiro), nº 901, SL B-Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT CEP 78.115-810, inscrita no CNPJ sob n° 40.014.934/0001-05, neste ato representada por MARIELA **DE VITA DOMINGOS TREVISAN**, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 851.376.501-53, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou KENNYA CONSANI DAS MERCÊS, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG n° 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la para participar de licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações, defesa e denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, credenciar terceiros em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, Concurso, leilão, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame especifico, em nome da outorgante, INCLUSIVE SUBSTABELECER e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Cuiabá, 31 de maio de 2022

TREVISAN:85137650153

Assinado de forma digital por MARIELA MARIELA DE VITA DOMINGOS DE VITA DOMINGOS TREVISAN:85137650153 Dados: 2022.05.31 14:23:39 -04'00'

MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN Sócio Administrador

06/06/2022 16:14 DocuSign









#### Resultados

#### Nome de arquivo

PROCURAÇÃO - ROYAL x Priscila C M Oliveira e Kennya C Mercês (1).pdf

#### **Status**



1 de 1 assinaturas válidas

#### Detalhes da assinatura

2022-05-31 14:23:39 -0400



Assinado por: MARIELA DE VITA DOMINGOS

TREVISAN:85137650153

Status: Válida (i)

**DOCUSIGN TRUSTED SIGNATURE** 

Nome: MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN:85137650153

E-mail: joseluiz@casadomingos.com.br

Mostrar detalhes



#### Validado pelo DocuSign em 2022-06-06 16:05:29 -0400

Esses resultados podem ser alterados depois da data e da hora acima.

Para obter mais detalhes, consulte Termos de uso.

Os resultados de validação são baseados nos tipos de assinatura a seguir:

- Assinatura avançada e selo avançado: certificados da Autoridade de certificação da França.
- Assinatura confiável do DocuSign: certificados da Autoridade de certificação dos Estados Unidos da DocuSign e de Autoridades de certificação licenciadas na Índia, na Costa Rica, na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Equador, na Guatemala, no Japão, no Vietnã e nos Estados Unidos da América.
- ICP-Brasil: certificados sob a infraestrutura de chave pública brasileira.
- Assinatura qualificada e selo qualificado: certificados emitidos de CAs de acordo com o EUTL.

06/06/2022 16:14 DocuSign

Português (Brasil)

Desenvolvido pela DocuSign

Termos de uso

Política de privacidade

Propriedade intelectual Copyright © 2018 DocuSign, Inc. Todos os direitos reservados.

CNPJ Nº 40.014.934/0001-05

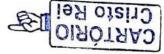
### **PROCURAÇÃO**

Por meio deste instrumento particular, a ROYAL MT COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, estabelecida na Av. da FEB (Lot u Monteiro), nº 901, SL B-Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT CEP 78.115-810, inscrita no CNPJ sob nº 40.014.934/0001-05, neste ato representada por MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 851.376.501-53, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou KENNYA CONSANI DAS MERCÊS, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la para participar de licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações, defesa e denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, credenciar terceiros em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, Concurso, leilão, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame especifico, em nome da outorgante, INCLUSIVE SUBSTABELECER e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Cuiabá, 31 de maio de 2022

MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISA

Sócio Administrador





ROYAL MT VAREJISTA

Digitalizado com CamScanner







O(s) presente(s) Reconhecimento(s) de l'ilma(s) se refere(m) tão somente ao(s) Titular(es) da(s) assinatura(s) aposta(s) no documento (item 3, 5, 6 do Provimento n 02/2009 - CGJ/MT), não tendo havido a análise da Representação por este Notário ou Escrevente (Consulta n. 03/2011 - CGJ/MT), devendo ser comprovada tal situação ao interessado ou destinatário do presente instrumento.

Digitalizado com CamScanner







#### Estado de Mato Grosso Poder Judiciário - Corregedoria Geral da Justiça

#### **CERTIDÃO DE AUTENTICIDADE**

Relativo a selo digital ou selo físico utilizado em ato notarial e de registro registrado em livro de registro notarial e de registro consignado em livro.

#### Informações do Cartório

Cartório: Cartório de Paz e Notas

Avenida Ary Paes Barreto, nº 2183- 98115-2548/981152588, Cristo Rei - MT

Atribuição: Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Com Funções Cumulativas de Escrivão do Juizo de Paz e de

Tabelião de Notas

Nome do Serventuário: Chafia Monteiro de Oliveira

#### **CERTIDÃO**

Certifico que este ato notarial e/ou de registro foi realizado pelo Cartório de Paz e Notas, localizado no município de Cristo Rei, pertencente à Comarca de Várzea Grande, contendo as seguintes informações:

#### Informações do Selo

Tipo de Selo: Digital
Série do Selo: BTH-72396
Valor: R\$7,90

#### Informações do(s) Ato(s)

Código do Ato: 22

Natureza de Ato: 12 - Reconhecimento de Firma

Protocolo: -Livro: -Folha: -

Identificador (termo assento ou instrumento): 7523

Data de Realização do Ato: 01/06/2022 Hora de Realização do Ato: 16:14:33

Micro Pequena Empresa:

Nome: MARIELA DE VITA DOMINGOS TREVISAN

**CPF:** 851.376.501-53

Nº do Cartão de Autógrafo: 7523 Matrícula: -Registro: -

#### Obs.: -

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, no endereço: http://www.tjmt.jus.br/selos.

Certidão emitida com base no Provimento nº 53/2008-CGJ, de 29/08/2008.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Emitida às 08:13 do dia 08/06/2022.

Código de controle da certidão:

D89B2285-B476-413A-B6A8-AAD9C12C11AB





Dautin Blockchain Rua Dagoberto Nogueira, 100 Ed. Torre Azul - 11º Andar Sala 1101, Centro, Itajaí - SC (47) 3514-7599 | (47) 99748-2223 www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 05/11/2024

#### CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **a269e6a4db22cfada4d96c6206f481016abae427ad36faff5b2a2c3f559d6ce7** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **226837** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "Procuração (Fisica) Priscila e Kennya - ROYAL COM VALIDADE", cujo assunto é descrito como "Procuração (Fisica) Priscila e Kennya - ROYAL COM VALIDADE", faz prova de que em 07/08/2024 16:39:28, o responsável Merces Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56) tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Merces Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

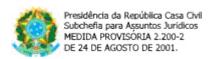
Este CERTIFICADO foi emitido em **07/08/2024 16:42:04** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site https://www.dautin.com e informe o código da transação blockchain 0x9a2db1bd61c3ff24357504e717a6ff4dd8eade40dc7de76f14e529f2957853b8.

Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em https://blockscout.com/etc/mainnet/

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.









2 e 3, Nome e Sobresome / Name and Sumane / Nombre y Apélidos – Primeia histólitação / Fins Diover License / Primeia Lisencia de Conducir - 3, Data e foundade A Resimentor / Data and Titus edilismo DOMANIMY / Fecha y Lagar de Rocimeiror - 45, Data de Gensias / Susing Bate DOMANIMY / Fecha de Emissio - 46, Dosa de Validade / Expansion Date DOMANIMY / Valida Alexa - ACT - 45, Documento Berlandede - Oppo General - Baseria placenser - Baseria pla

I<br/>
I<br/>
O301291F2602280BRA<<<<<<<<<<<<<<<<<<<<>KENNYA<<CONSANI<br/>
DAS

#### QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN



#### QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

**SERPRO/SENATRAN** 



Digitalizado com CamScanner







Digitalizado com CamScanner







Dautin Blockchain Rua Dagoberto Nogueira, 100 Ed. Torre Azul - 11º Andar Sala 1101, Centro, Itajaí - SC (47) 3514-7599 | (47) 99748-2223 www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 28/09/2025

#### CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **4d0289861c8182ff887ecad2562491e2187396bc8a75809f4e82c5140dda93eb** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **276351** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "OAB PRISCILA - COM VALIDADE", cujo assunto é descrito como "OAB PRISCILA - COM VALIDADE", faz prova de que em 30/06/2025 16:51:14, o responsável Merces Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56) tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Merces Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **30/06/2025 16:52:46** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site https://www.dautin.com e informe o código da transação blockchain 0xbfa3d0816945df38e7306203c00b63b8c107919f415e81b400af6e87a85b029b.

Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em https://bscscan.com/

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



